DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

A representação da informação em acervo arqueológico musealizado: metadados sob a perspectiva de repositórios digitais

The representation of information in musealized archaeological collections: metadata from the perspective of digital repositories

Mário das Graças Carvalho Lima Junior*
Renata Cardozo Padilha**

Resumo: A Representação da Informação, no campo da Ciência da Informação, busca descrever, recuperar e disseminar dados de forma eficiente. Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar a representação da informação do acervo arqueológico do Museu Amazônico a partir da musealização em repositórios digitais. Os objetivos específicos incluem: analisar elementos de descrição arqueológica na literatura científica, adaptar a catalogação física para o formato digital, e examinar os metadados do acervo em relação ao processo de musealização e aos instrumentos legais no Brasil. Com metodologia aplicada, exploratória e qualitativa, o estudo teve como objeto o Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas, que conta com acervo arqueológico digitalizado. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre metadados e repositórios digitais, com uma predominância de artigos internacionais. Em seguida, foram analisados os passos para a construção do repositório digital. Por fim, descreveu-se o uso da Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel do IPHAN (Portaria n° 196/2016) como base para os metadados, complementada por elementos da resolução normativa nº 6/2021 do Ibram. Os resultados destacam a ausência de padronização de metadados para acervos arqueológicos no Brasil. Como proposta, sugere-se um esquema mais completo para melhor atender ao processo de musealização, promovendo visibilidade aos acervos arqueológicos musealizados e enfatizando a padronização de metadados. A pesquisa reforça que metadados bem estruturados otimizam o gerenciamento e acesso às informações, beneficiando usuários no curto e longo prazo.

Palavras-chave: Representação da informação; acervo arqueológico; musealização; metadados; repositório digital.

Abstract: The Representation of Information, within the field of Information Science, aims to efficiently describe, retrieve, and disseminate data. This research's main objective is to investigate the representation of the information from the archaeological collection of the Amazon Museum based on musealization in digital repositories. The specific objectives include analyzing elements of archaeological description in scientific literature, adapting physical cataloging to the digital format, and examining the metadata of the collection in relation to the musealization process and legal frameworks in Brazil. Using an applied, exploratory, and qualitative methodology, the study focused on the Museu Amazônico, part of the Federal University of Amazonas, which holds a digitized archaeological collection. Initially, a bibliographic review on metadata and digital repositories was conducted, revealing a predominance of international articles. Following this, the steps for constructing the museum's digital repository were analyzed. Finally, the study described the use of the Movable Archaeological Asset Registration Form from IPHAN (Ordinance No. 196/2016) as the foundation for metadata, supplemented by elements from the normative resolution No. 6/2021 by Ibram. The results highlighted the lack of metadata standardization for archaeological collections in Brazil. As a proposal, a more comprehensive scheme is suggested to better

* Possui graduação em Biblioteconomia pela UFPA. Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação da UFSC. Tem Especialização em Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Tecnologia do Amapá. Foi diretor da Biblioteca Central da UNIFAP (2018-2022). Atualmente é Bibliotecário na UNIFAP e tutor do curso de Biblioteconomia EAD da UFPA. E-mail: mario@unifap.br
** Graduada em Museologia pela UFPEL. Mestre e Doutora em Ciência da Informação pela UFSC. É professora Adjunta do Curso de Graduação em Museologia da UFSC. Atualmente é membro do grupo de pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC). E-mail: renata.padilha@ufsc.br

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

support the musealization process, enhance the visibility of museological collections, and emphasize metadata standardization. The research underscores that well-structured metadata improves information management and user access, benefiting both in the short and long term.

Keywords: Information representation; archaeological collection; musealization; metadata; digital repository.

1. Introdução

Na Ciência da Informação (CI), mais especificamente, no âmbito da Representação da Informação (RI) existe uma preocupação em facilitar algumas dimensões da organização, disseminação e recuperação da informação. Dessa forma, em diálogo com o desenvolvimento tecnológico dentro de uma perspectiva de disponibilização em formato digital, temos como ênfase nesta pesquisa os acervos digitais a partir de uma perspectiva da musealização e dos Repositórios Digitais (RD).

Os Repositórios Digitais trabalham com diversos tipos de protocolos para funcionamento, um deles contribui para a organização da informação, que são os metadados, fundamentais para registrar as informações e servem para melhorar a busca e recuperação da informação nestas ferramentas.

Atualmente, nas universidades federais do Brasil, os repositórios já são uma realidade e são bastante utilizados para a salvaguarda e disseminação do que é produzido cientificamente nas instituições. Geralmente são gerenciados pelos sistemas de bibliotecas, porém, já podemos observar seu uso em museus, dessa forma, faz-se necessário compreender em museus universitários como esta ferramenta vem sendo implementada nesses locais.

O processo de musealização envolve uma série de procedimentos que abrangem etapas diversas, desde a obtenção dos objetos para compor o acervo até a sua exposição aos públicos. Esta pesquisa concentra-se especificamente na catalogação física e sua posterior conversão para o formato digital. A transição de um sistema de catalogação analógico para o digital apresenta desafios significativos. Nesse contexto, a questão de pesquisa aborda o seguinte problema: Qual foi o processo de musealização adotado para a descrição dos metadados do acervo arqueológico do Museu Amazônico com vistas à criação de um Repositório Digital?

Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa é investigar a representação da informação do acervo arqueológico do Museu Amazônico a partir da musealização em repositórios digitais. Na busca de alcançar esse objetivo, tem-se como objetivos específicos: a) levantar na literatura científica elementos para a descrição e

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

representação da informação arqueológica; b) identificar os elementos de representação da catalogação física para o acervo digital do Museu Amazônico e c) analisar a RI por meio do processo da musealização e dos instrumentos legais sobre acervos arqueológicos no Brasil em meio digital.

2. Representação da informação

Vivemos em uma sociedade conectada e competitiva, onde a informação pode tanto gerar conhecimento quanto disseminar desinformação, dependendo de como e onde é obtida ou produzida. Em uma abordagem inicial, considerando a informação como um elemento fundamental na construção de qualquer conhecimento, seja ele simples ou complexo, observa-se que sua utilização pode servir a diferentes finalidades (cotidianas, científicas, utilitárias, para tomada de decisão, entre outras). Isso ocorre quando a informação é buscada com base em critérios específicos, processada cognitivamente e aplicada de maneira alinhada a critérios individuais. (Baptista, D. M.; Araújo Júnior., Rogério Henrique de; Carlan, Eliana. 2010).

Nesse sentido os autores afirmam que:

> Torna-se claro, em todo caso, que no âmbito da ciência da informação, a análise da informação compreende um conjunto não fechado de processos que se caracterizam por graus variáveis de complexidade, e nos quais a representação descritiva e temática – e as linguagens que a viabilizam – assumem fundamental importância, não só diante da massa de informação que circula em todos os sentidos e nos mais variados suportes, mas principalmente em função das necessidades do usuário. (Baptista, D. M.; Araújo Júnior., Rogério Henrique de; Carlan, Eliana, 2010, p. 67)

Na Ciência da Informação (CI), diversas temáticas convergem em relação ao campo de atuação. A Representação da Informação ocupa um papel central e essencial nas áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia, estando profundamente ligada às questões de recuperação da informação em suas múltiplas dimensões, o que define o objetivo principal de sistemas de informação de diferentes tipos (Bettencourt, 2014, p.11). Contudo, no contexto atual, com a informatização e o uso massificado da Internet como meio de comunicação, é possível identificar mudanças significativas relacionadas à Representação da Informação, especialmente no ambiente digital. Dessa forma:

> Os processos e técnicas de representação da informação tiveram evolução surpreendente no tempo, em base de princípios teóricos e

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

> de práticas na busca pelo aprimoramento da descrição das características extrínsecas dos documentos, assim como pelo desenvolvimento de modelos para a representação do seu conteúdo intelectual temático. (Bettencourt, 2014, p. 12)

No contexto do ambiente digital emergente, os acervos de objetos digitais têm se expandido, tanto em variedade quanto em complexidade. Atualmente, existem diversas plataformas digitais que oferecem suporte a diferentes formatos. Nesse cenário, sons, textos, imagens e vídeos são dissociados de seus suportes originais, convertidos em sequências binárias (zeros e uns) e passam a depender de sistemas intermediários para serem compreendidos pelos usuários. Nesse processo de decodificação ou tradução, o papel de Representar a Informação cabe ao profissional da informação, que atua diretamente nesse contexto.

Em relação aos acervos arqueológicos, um exemplo mais preciso seria descrever os materiais que reúnem diversas informações, como datação, origem, nome do sítio arqueológico, história e relatórios, e convertê-las em uma linguagem sintetizada, mas eficaz, para facilitar a recuperação dessas informações.

Com base na reflexão sobre a Representação da Informação e sua relevância nos processos de descrição, recuperação e disseminação de dados, surgem outras questões importantes para a compreensão do tema. Isso porque a análise documentária constitui apenas uma parte de um processo mais amplo, no qual este estudo apresenta as etapas consideradas pertinentes, tomando como referência um estudo de caso realizado em um museu universitário localizado na região norte do Brasil.

3. Acervos arqueológicos

Ao abordar acervos arqueológicos, é importante esclarecer os conceitos de acervo e de Arqueologia. De acordo com o dicionário online Aulete ([s.d], *online*), a palavra "acervo" vem do latim "acervus", que significa "coleção". O termo apresenta quatro definições, sendo a mais relevante para este contexto: "um conjunto de obras, produções etc., pertencentes a uma instituição ou organização". Já no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 2), acervo é descrito como "um conjunto de documentos conservados para atender às finalidades de uma biblioteca: informação, pesquisa, educação e recreação". Assim, um acervo corresponde a toda a coleção de materiais que compõem parte de uma instituição.

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

Sob a perspectiva da Museologia, podemos identificar duas definições de acervo museológico. De acordo com Padilha (2014, p. 21), o acervo museológico é formado por objetos bi ou tridimensionais, de diferentes tipos, podendo incluir itens etnográficos, antropológicos, arqueológicos, artísticos, históricos, tecnológicos, imagéticos, sonoros, virtuais, de ciências naturais, entre outros. Smit (2011, p. 33) complementa afirmando que o acervo museológico é composto por documentos (peças, objetos, artefatos) que são intencionalmente preservados devido ao valor documental que lhes foi atribuído. Por sua vez, Desvallées e Mairesse (2013) apresentam uma definição para o termo "coleção":

> [...] conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada. (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 32)

A Arqueologia, conforme o dicionário Aulete ([s.d], online), deriva do termo grego "arkhaiología", que significa "o estudo de coisas antigas". É definida como a ciência que investiga a história da humanidade, os costumes e a cultura de povos antigos por meio de seus monumentos, documentos e objetos descobertos em escavações. Já no “Dicionário do Patrimônio Cultural” do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Saladino e Pereira (2016, online) apresentam o verbete “Arqueologia histórica”. Nesse contexto, utilizam inicialmente o conceito de Arqueologia proposto por Funari (2003, p. 11), que descreve a disciplina como uma ciência voltada ao estudo da materialidade produzida pelas sociedades humanas, considerada como um dos aspectos de sua cultura em sentido amplo, sem se limitar a um recorte cronológico.

Segundo Saladino e Polo (2016, online) “Os acervos arqueológicos incluem não apenas os materiais reunidos durante as pesquisas arqueológicas, mas também o registro das atividades e de toda a informação associada, como mapas e croquis, fotografias, cadernos de campo[...]” ou seja:

> podemos ver que os tipos de documentação que podem compor um acervo arqueológico são diversos, passando pelos achados que podem incluir cerâmica, louça, material lítico, metais, vidros, entre muitos outros – se consideradas as coleções do período histórico. Incluem, também, materiais orgânicos, a exemplo dos materiais ósseos – humanos ou faunísticos – e dos vestígios vegetais. A diversidade desses bens exige que haja grande atenção às suas particularidades em se tratando de sua conservação (Saladino; Polo, 2016, online).

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

No entanto, para que esses acervos arqueológicos tenham visibilidade e possam contribuir para que pesquisadores, estudantes e mesmo a sociedade em geral possa acessar esse tipo de material é preciso que espaços como os museus e instituições afins sejam cada vez mais presentes para que a função social de ambos seja fomentada. Sobre acervos arqueológicos Costa (2014) afirma que:

> cabem ainda algumas clarifcações acerca da noção de acervo arqueológico, pois a defnição apresentada abarca um sem-número de objetos e deixa vago o conceito. Poderíamos apontar duas formas de classifcar um acervo como arqueológico. A primeira delas é que tal reconhecimento advém do olhar do arqueólogo, quando o mesmo percebe possibilidades privilegiadas de falar sobre sociedades humanas a partir de sua produção material, indiferente ao tempo em que esta produção foi feita, seja passado ou presente. Exemplos de estudos arqueológicos de períodos mais próximos de nossa realidade são aqueles produzidos sobre restos materiais de sociedades industriais, sobre o lixo contemporâneo, sobre pichações urbanas, entre outros. Outra forma, e talvez aquela que mais chegue ao senso comum, é quando não existe outra possibilidade de se falar das sociedades, senão a partir da observação de sua produção material que persistiu ao tempo, a exemplo de instrumentos de pedra, pontas de fecha, fogueiras, objetos cerâmicos, pinturas e gravuras rupestres; nestes casos estamos falando de produção material de grupos humanos extintos, geralmente pré-históricos, e/ou, de modo geral, ágrafos. (Costa, 2014, p. 81)

Pedro Paulo Funari (2007), em Arqueologia e Patrimônio, afirma que há uma falta de comunicação ou interação entre o mundo acadêmico, em particular a comunidade arqueológica, e o povo. Os arqueólogos deveriam considerar agir com a comunidade, disponibilizando ao povo uma melhor compreensão do passado e do mundo. Consideramos que a digitalização dos acervos arqueológicos das instituições, poderá contribuir num canal de possibilidades para a realização de ações educativas e culturais. O autor coloca que informação, criação de consciência, ação no mundo, transformação, são as metas da preservação, portanto acrescentamos a esse pensamento, que a mídia digital ampliará o canal de construção da aproximação entre pesquisador e comunidade, promovendo por meio da educação o fortalecimento da memória e identidade local.

A proposta de acervos digitais, não se limita só a um processo de preservação via mídia, mas avança no sentido de ser um serviço aos museus universitários com temática em arqueologia com vista à promoção das identidades locais e na preservação da memória. Assim, dois conceitos são imprescindíveis nesse processo educativo e de preservação do patrimônio cultural: memória e identidade, para tornar possível o reconhecimento de características que permitam apontar os elementos que

configurem os acervos arqueológicos como patrimônio e parte da cultura. Entendemos patrimônio cultural como “lócus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (Pelegrini, 2007, p. 87). Pois, como asseguram as autoras Oliveira e Loures Oliveira (2008, p.3), “através da materialidade, o indivíduo consegue se realizar e afirmar sua identidade cultural, podendo também, reconstruir seu passado histórico”.

Nesse contexto de ambientes virtuais, é essencial ressaltar que a memória assume uma nova dimensão graças às possibilidades proporcionadas pela tecnologia e pela Internet. Essas ferramentas permitem que bibliotecas, arquivos e museus físicos exibam seus acervos, registros e patrimônios em plataformas completamente virtuais, sem comprometer a qualidade da experiência, da informação e da pesquisa. Isso contribui significativamente para a preservação da memória e para a formação da identidade.

4. Gestão de acervos, documentação museológica e muselização

Cabe aos museus fazerem a salvaguarda dos acervos, bem como publicar os seus diversos conteúdos para pesquisadores que podem por meio de seus estudos gerar conhecimento a partir dessas coleções. Assim como para a sociedade, através de exposições gerar representatividade e contribuir para a memória de uma determinada região ou de um povo.

Cabe ressaltar, que o destaca ou o que mais caracteriza o museu é a diversidade de materiais e conteúdo que ele pode proporcionar. Nesse ponto nos faz refletir muito sobre a questão e definição de documento, pois dependendo do valor histórico, qualquer tipo de material pode ter essa importância para um determinado local de memória. Dessa forma, o acervo diz muito sobre como será definido o museu, sendo às vezes classificado justamente pela especificidade da sua coleção.

Na Figura 1, podemos observar que na parte superior temos o Programa de Acervo e o Plano Museológico que são documentos que abordam sobre a missão do museu, seus objetivos, assim como descreve de forma mais geral as etapas da gestão de acervos e servem de base. Já abaixo, encontram-se as Políticas de gestão de acervo e de aquisição e descarte que são mais específicas no que diz respeito a parte do serviço e como ele de fato será executado, observando todas as suas distinções.

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

Figura 1 – Documentação para a Gestão de Acervos em Museus

Fonte: Adaptado pelo autor de Padilha (2014).

A diversidade das coleções museológicas exige uma atenção mais ampla de áreas descritivas para atender a todas as necessidades de informação dos seus acervos. Nos museus, cada peça é tratada individualmente, mesmo que faça parte de um acervo específico. Além disso, características específicas da instituição museológica, como perfis museológicos (história, arqueologia, história natural, educação, antropologia, arte etc.), priorizam a apresentação de tipos específicos de informação, em que o conteúdo das leituras e o valor que os permeiam são diferentes (Yassuda, 2009).

No que diz respeito ao objeto, é relevante sob a ótica da Documentação Museológica, não se tratar de uma ideia de verdade como um princípio inquestionável ou referente a uma experiência investigável, mas se baseia na observação e aplicação adequada de aspectos conceituais, culturais, jurídicos e administrativos que se constituem dos recursos da classificação, da seriação, da unicidade, da determinação tipológica, das formas de descrição, do vocabulário controlado etc., para a identificação dos objetos de uma coleção museológica (Bottallo, 2010).

A documentação museológica e a gestão de acervos desempenham papéis essenciais, diretamente relacionados à Representação da Informação nas coleções arqueológicas. Esses processos estão integrados para assegurar que as descrições dos objetos do museu cumpram adequadamente sua função informativa. Portanto, é crucial compreender de forma clara o conceito e as especificidades da documentação museológica.

Uma das formas que podemos refletir sobre os acervos arqueológicos dentro de museus é justamente o seu processo de musealização que para Bruno (2014, p. 7)

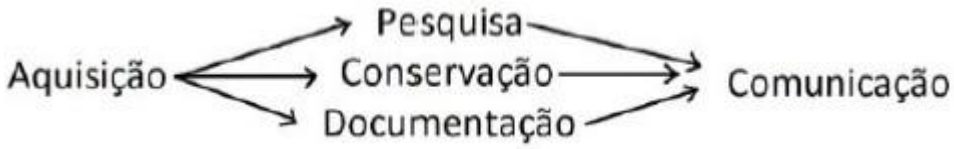
DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

“[...] está vinculado à valorização e à sistematização dos sentidos e significados extraídos das referências culturais que são alvo da atenção museológica”, tal processo passa por diversas etapas que envolvem diferentes serviços no museu, ainda segundo Cury (2005):

> o processo de musealização como uma série de ações sobre os objetos, quais sejam: aquisição, pesquisa, conservação e documentação. O processo inicia- se ao selecionar um objeto de seu contexto e completa-se ao apresentá-lo publicamente por meio de exposições, de atividades educativas e de outras formas. Compreende, ainda, as atividades administrativas como pano de fundo desse processo (Cury, 2005, p.26).

A musealização está diretamente ligada a gestão de acervos, nesse sentido, a autora para a melhor visualização do processo criou a Figura 2 que ilustra bem o entendimento dessa questão:

Figura 2 – Documentação para a Gestão de Acervos em Museus



Fonte: Cury (2005, p. 26).

Ainda nesse tema, vamos observar estudos mais específicos como a musealização da arqueologia, Bruno (2021) define o processo como:

> a cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo cultural), aplicados à realidade arqueológica, constituída a partir de referências patrimoniais, coleções e acervos. Por um lado, estes estudos buscam o gerenciamento e preservação destes bens patrimoniais e, por outro, têm a potencialidade de cultivar as noções de identidade e pertencimento (Bruno, 2021, p. 4).

Nos últimos anos, as preocupações com a preservação, divulgação e educação numa perspectiva arqueológica têm lentamente passado a fazer parte das discussões acadêmicas e a ocupar um lugar importante nos projetos de investigação arqueológica. Nesse contexto, a modernização dos museus, a aplicação da mediação com crianças e adolescentes, a atenção aos procedimentos de gestão curatorial etc., tornam-se características temáticas da abordagem acadêmica (Bruno, 2014).

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

Quando falamos de acervos arqueológicos, estamos registrando o pouco que temos e conhecemos de nossos ancestrais e que a partir dos seus objetos e fragmentos, que representam a informação de outras épocas, podem contribuir para o conhecimento da sociedade.

5. Metodologia

A metodologia desta pesquisa se constitui de natureza aplicada, que segundo Almeida (2021, p. 30-31) "[...] voltada à aplicação, e utilização da pesquisa, postulando possíveis consequências práticas do seu conhecimento em problemas e questões individuais e coletivas", quanto aos objetivos se caracteriza como exploratória, onde visa "[...] proporcionar maiores informações e conhecimentos sobre uma determinada temática e facilitar a delimitação de um determinado tema de trabalho" (Almeida, 2021, p. 31), quanto ao seus procedimentos seguirá um estudo de caso com uma abordagem qualitativa, onde será utilizado o autor Yin (2015) como embasamento teórico dessa metodologia.

Na primeira fase foi realizada pesquisa bibliográfica, para isso foi utilizada como técnica uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) com a escolha de quatro bases de dados, sendo duas multidisciplinares (*SCOPUS* e *Web of Science*) e duas específicas na área da Ciência da Informação (BRAPCI e BENANCIB). A partir disso, levando em consideração o objetivo e o problema da pesquisa, foram eleitos os termos utilizados para a busca nas plataformas de informação digital científicas que foram: (*metadata* AND *archaeological* AND *repository* AND *digital*). Os resultados foram obtidos através de parâmetros de elegibilidade e outros critérios de exclusão. Dessa forma, foi possível selecionar artigos científicos que corroboram com o assunto pesquisado, dentro de uma perspectiva que possa contribuir de forma embasada no que diz respeito aos diversos aspectos que abordam este estudo de caso.

A próxima etapa foi identificar os elementos de representação na catalogação física para o digital da informação arqueológica do Museu Amazônico. Para a coleta dessas informações utilizamos como instrumento uma entrevista (conversa informal), que nesses casos, mesmo espontânea, segue um certo conjunto de perguntas que caracterizam o estudo de caso (Yin, 2015). Nesse contexto do museu foi contatado primeiramente com o arqueólogo responsável pelo repositório, onde marcamos uma conversa informal com ele e o técnico em tecnologia da informação que implantou a ferramenta.

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

O último objetivo foi analisar a RI por meio do processo da musealização e dos instrumentos legais sobre acervos arqueológicos no Brasil em meio digital. Nesta etapa foi utilizado como método a análise documental, que nesse caso a principal fonte de dados foi o Repositório do Museu Amazônico. Com os metadados listados na Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel da resolução do IPHAN, mais os outros metadados criados pela equipe do Museu Amazônico, mais os elementos de descrição que competem à Resolução Normativa nº 6, de 31 de agosto de 2021, se construiu dessa junção, uma proposta de esquema de metadados para informação arqueológica em meio digital. Por fim, durante essa etapa, foi feita uma reflexão de acordo com a Musealização do repositório do museu.

5.1 - Representação da informação arqueológica

O texto apresenta uma reflexão técnica sobre a representação da informação em acervos arqueológicos, com ênfase nos metadados, considerando a perspectiva dos repositórios digitais. Para isso, foi realizado um levantamento da literatura utilizando diversas fontes de informação, com o objetivo de explorar o tema e suas múltiplas facetas no campo da ciência da informação. No contexto da RSL, buscou-se uma abordagem mais específica para a questão da pesquisa, a fim de adotar uma terminologia precisa e alinhada às práticas atuais, especialmente no que se refere à representação da informação em ambiente digital, mantendo, contudo, o foco no problema geral.

Assim, a questão de pesquisa desta RSL ficou da seguinte forma: quais são os metadados utilizados para a representação da informação arqueológica em repositório digital no Brasil? Quanto aos parâmetros de elegibilidade, foram definidos os seguintes critérios: 1) publicações científicas (artigos de periódicos e de conferências, teses e dissertações); 2) relacionados à questão de pesquisa e a questão da arqueologia com a CI; 3) publicadas em português, espanhol e inglês; e 4) recorte temporal de 10 anos.

As pesquisas foram feitas em quatro bases de dados: *SCOPUS*, *Web of Science*, Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), e Base de Dados do ENANCIB (BENANCIB). Foram escolhidas duas bases multidisciplinares que indexam muitos periódicos, duas específicas na área de CI do Brasil. Para a estratégia de busca, os termos escolhidos que representam melhor a questão da pesquisa foram: “metadados; arqueológico; repositório e digital”. Usamos os termos em inglês para a busca nas bases, ficando como no quadro abaixo:

Quadro 1 - Estratégia de busca e resultados preliminares

Bases	Termos utilizados	Resultados preliminares
SCOPUS	metadata AND archaeological AND repository AND digital	18
Web of Science	metadata AND archaeological AND repository AND digital	10
BRAPCI	metadados AND arqueológico AND repositório AND digital	-
BENANCIB	metadados AND arqueológico AND repositório AND digital	-
TOTAL		**28**

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Após a análise prévia dos resultados, foram aplicados alguns critérios para a exclusão de artigos e chegar num resultado satisfatório dentro do que se propõe a pesquisa. Os critérios de exclusão utilizados foram: 1) tipologia documental (monografias, editoriais, prefácios, sumários, entrevistas, notícias, revisões, tutoriais *workshops*, painéis, pôsteres e publicações pagas, teses e dissertações); 2) estudos que estejam fora da questão de pesquisa ou apenas contemplem apenas um assunto; 3) trabalhos que não estejam escritos nos idiomas português, espanhol e inglês e 4) publicações duplicadas. Nesse sentido, buscou-se refinar a pesquisa para ter trabalhos que realmente pudessem contribuir para as questões teóricas deste estudo. Abaixo no quadro 6 como ficou depois de aplicado os critérios de elegibilidade e exclusão.

Quadro 2 – Resultados depois dos parâmetros de elegibilidade e exclusão

Bases	Termos utilizados	Resultados preliminares
SCOPUS	1) publicações científicas (artigos de periódicos; relacionados à questão de pesquisa e a questão da arqueologia com a CI);	12
Web of Science		02

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

BRAPCI	2) publicadas em português, espanhol e inglês; 3) recorte temporal de 10 anos.	-
BENANCIB		-
TOTAL		**14**

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Mesmo não obtendo resultados nas bases BRAPCI e BENANCIB, os 14 artigos encontrados na base *SCOPUS* e *Web of Science* já compõem um arcabouço teórico bastante satisfatório para o que se pretendeu no objetivo, porém, não contempla o resultado esperado já que não se recuperou nessas bases nenhum exemplo no Brasil. Os artigos recuperados são em maior parte da Europa e América do Norte, alguns com ênfase mais sobre os metadados para informação arqueológica, outros com experiências parecidas com repositórios digitais, o que de certa forma esta pesquisa vem a contemplar.

5.2 - Representação da informação arqueológica no Museu Amazônico

Para entender como se dá a Representação da Informação foi feito contato com o arqueólogo responsável pelo laboratório de arqueologia do museu. Ele informou que o projeto de construção do repositório digital foi feito com a ajuda de um técnico em tecnologia da informação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Nesse sentido, foram elaboradas cinco perguntas abertas para ambos, sendo as mesmas perguntas, pois não se sabia o nível de participação de cada um nas tarefas realizadas.

Já na primeira pergunta, pode-se observar que se trata de um projeto que começou por iniciativa do arqueólogo, já que o acervo físico não estava catalogado, logo, pelo que o servidor descreve quando diz que “[...] não tinha nada, não tinha uma listagem [...]”, ou seja, não havia organização desse material. Tal iniciativa mostra o esforço do arqueólogo em registrar de alguma forma o acervo, criado do zero. Nota-se que há uma perspectiva em imprimir depois as fichas, talvez para uma possível identificação junto aos materiais físicos. No entanto, pelo que foi relatado o projeto acabou virando a primeira iniciativa de organização do acervo através do registro no repositório digital.

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

Nesta fala do técnico, ele mostra de que forma foram utilizados os metadados e como foram selecionados para a composição do repositório digital. O *Dspace* utiliza como esquema de metadados o *Dublin Core* que é composto por 15 elementos de metadados e cada elemento do formato *DC* é opcional e pode se repetir. Logo no início da sua fala é enfatizado isso quando diz que "[...] o *Dspace* permite que você crie metadados personalizados e alguns deles são fixos, você não pode mexer porque ele afeta o funcionamento da ferramenta" (Técnico em TI).

Podemos ver nas falas dos dois que foi utilizado como parâmetro a portaria nº 196 de 18 de maio de 2016[1] do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A ficha contém 20 itens, sendo que alguns se desdobram em outros itens. Através dessa ficha contida na Portaria nº196 do IPHAN, nota-se a partir daí uma ferramenta facilitadora e podemos considerar até legal (já que há uma portaria direcionada para isso), para se descrever as informações arqueológicas do acervo.

Utilizar o repositório digital, com a instalação do *software Dspace*, passa a ser a forma principal de como o Museu faz a Representação da Informação Arqueológica do seu acervo. Nesse sentido, faz-se então necessário a análise da RI no repositório digital do Museu Amazônico e assim conseguir ver a partir dessa experiência o que possa servir como exemplo para outros museus que gerenciam acervos arqueológicos e que pretendem dispor desses tipos de materiais via repositório digital. Nesse sentido, Ladkin (2015, p. 14) explica: "assim como a gestão de um museu tem importância vital para o seu desenvolvimento e organização, também a gestão de acervo é fundamental para o desenvolvimento, organização e preservação das coleções das quais o museu tem a curadoria", é essencial conhecer a coleção do museu e entender das suas especificidades, pois é algo que vai fazer diferença na tomada de decisões, assim como a documentação museológica, pois implica no registro dos objetos e sua posterior disseminação.

5.3 - Análise da RI arqueológica em repositório digital

Para a análise da representação da informação arqueológica em repositório digital é preciso entender o contexto do que já foi dito, no caso do Museu Amazônico.

[1] Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21527421/do1-2016-05-23-portaria-n-196-de-18-de-maio-de-2016- 21527267. Acesso em: 16 set. 2024.

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

Dentro do seu plano museológico (Universidade Federal do Amazonas) na parte de formação de coleções explica-se que:

> [...] o acervo arqueológico do Museu, [...], é composto basicamente por artefatos cerâmicos (urnas funerárias, vasilhas, adornos, utensílios de rituais), material lítico (lascas, machados, afiadores, lâminas de corte, pontas de projéteis), ossos humanos, material vegetal carbonizado e amostras de sedimentos. (Universidade Federal do Amazonas, 2021, p.24-25)

É um acervo diverso, principalmente quando se trata de materiais coletados na região amazônica e que podem contar a história dos povos que viveram ali.

Sendo esta pesquisa um estudo de caso, inicialmente foi analisado o desenvolvimento do processo de adaptação dos metadados no Dspace, tomando como base a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel, conforme descrito no anexo II da Portaria nº 196 de 2016 do IPHAN. Procurou-se reproduzir, neste trabalho, o que foi realizado no caso do Museu Amazônico, utilizando como exemplo algum conteúdo do repositório digital.

Num segundo momento, utilizando a mesma Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel, foi desenvolvido uma proposta de esquema de metadados no formato *DC* no *Dspace* a partir de uma perspectiva da musealização e dos instrumentos legais para museus. Para isso incluímos além da ficha do IPHAN, a Resolução Normativa nº 6, de 31 de agosto de 2021[2], do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que apresenta os elementos de descrição para identificação do bem cultural de caráter museológico. Assim, pelo que se compreende por musealização de acordo com as pesquisadoras Bruno (2014) e Cury (2005), vamos identificar nos metadados utilizados no repositório do museu, a partir dos procedimentos de salvaguarda (conservação, documentação e acondicionamento), comunicação (exposição, ação educativo- cultural e publicação) e pesquisa.

[2] Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/outros-instrumentos-normativo/resolucao-normativa-ibram-no-6-de-31-de-agosto-de-2021#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%208. 124%2C%20de%2017,20%20de%20janeiro%20de%202009. Acesso em: 16 set. 2024.

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

Quadro 3 - Análise dos metadados a partir da musealização

METADADO	MUSEALIZAÇÃO
Identificação do item	Salvaguarda / Pesquisa / Comunicação
Pesquisadores	Pesquisa
E-mail do pesquisador	Pesquisa
Telefone do pesquisador	Pesquisa
Empresa/Universidade	Pesquisa
Sítios arqueológicos	Pesquisa / Comunicação
Descrição sucinta	Pesquisa / Comunicação
Tipo do material	Pesquisa / Comunicação
Outros materiais	Pesquisa / Salvaguarda

Fonte: Criado pelo autor (2023).

No Quadro 3, até então informações básicas, porém, logo nessa primeira parte já se pode identificar elementos de salvaguarda, comunicação e pesquisa. O que reflete bem a questão para museu universitário, onde essas três questões são importantes, a salvaguarda para os pesquisadores e para a instituição que gerencia esse acervo, a pesquisa para os acadêmicos e pesquisadores e a comunicação, que envolve toda a comunidade e faz com que outras pessoas possam acessar este tipo de material que pode representar a identidade de um povo, de uma região, através desse processo de musealização. Bruno (2014), afirma que:

> [...] um conjunto sistêmico de ações técnicas, que assume distintas características a partir dos diferentes domínios de sua aplicação (Museologia Especial e Museologia Aplicada), permitindo a identificação de tipologias museológicas, o enfrentamento de questões socioculturais diferenciadas em função destas tipologias e a caracterização dos conteúdos essenciais para a formação profissional desta área. À essa cadeia operatória de procedimentos de

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

> salvaguarda e comunicação, são agregados outros elementos com igual importância no que se refere às dimensões operacionais da gestão e da avaliação dos mesmos procedimentos, subordinando as ações museológicas às necessidades de qualidade dos serviços, da sustentabilidade da produção de suas ações e no que se refere à participação pública nas atividades curatoriais compartilhadas ou colaborativas (Bruno, 2014, p. 10).

Dessa forma, se reforça aqui a importância da identificação dos objetos museológicos, principalmente em relação às suas diversas formas ou tipologias que podem ter num único espaço, como os museus. Tais características carregam muita responsabilidade do ponto de vista sociocultural, pois às vezes, os acervos contam a história de um determinado povo ou de algum fato histórico sensível, no caso da comunicação e da salvaguarda, acabam sendo procedimentos que fazem parte do processo de gestão de acervos.

A partir disso, foi analisado o esquema de metadados utilizado pelo Museu Amazônico, com os instrumentos legais. Durante a pesquisa foram encontrados uma portaria do IPHAN e uma Resolução normativa do Ibram:

Quadro 4 – Instrumentos legais sobre bens culturais e arqueológicos

Instrumentos	Instituição
Resolução Normativa nº 6, de 31 de agosto de 2021.	IBRAM
Portaria n°. 196, de 18 de maio de 2016.	IPHAN

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Tanto a normativa do Ibram quanto a portaria do IPHAN, não são instrumentos que validam o esquema de metadados para informação arqueológica, no entanto, em termos de Brasil é o que temos mais próximo, e foram utilizados aqui nesta pesquisa por serem instituições brasileiras governamentais. Dessa forma, para montar um esquema de metadados que corresponda a Ficha de cadastro de Bem Arqueológico Móvel de acordo com portaria do IPHAN n°. 196, de 18 de maio de 2016, será adicionado ao que já foi feito pelo Museu Amazônico e a resolução normativa do Ibram n.º 6, de 31 de agosto de 2021 ficando assim no formato de ficha:

Quadro 5 – Proposta de Ficha de Metadados para Informação Arqueológica

1 – Procedência e Localização Atual
1.1 Nº do Processo:
1.2 Sítio:
1.3 Endereço:
1.4 Instituição:
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s):
2.2 Identificação do Item:
2.3 Classificação:
2.4 Título:

2.5 Denominação:
2.6 Descrição:
2.7 Descrição sucinta:
2.8 Resumo descritivo:
2.9 Outros Números:
2.10 Situação:
2.11 Pesquisadores:
2.12 Autor:
2.13 E-mail do pesquisador:
2.14 Telefone do pesquisador:

2.15 Empresa / Universidade:
2.16 Endereço da Instituição:
3 – Localização
3.1 Sítios arqueológicos:
3.2 Estado:
3.3 Município:
3.4 Região geográfica:
3.5 Local de produção:
3.6 Descrição da área onde o material foi encontrado:
3.7 Identificação complementar da área:
3.8 Profundidade em que o material foi encontrado:
3.9 Descrição completa:
3.10 Possui objetos com potencial para exposição:
4. Categoria:
5. Subcategoria:
6. Materiais:
7. Outros materiais:
8. Cor:
9. Técnica de Produção:
10. Decoração:
11. Integridade

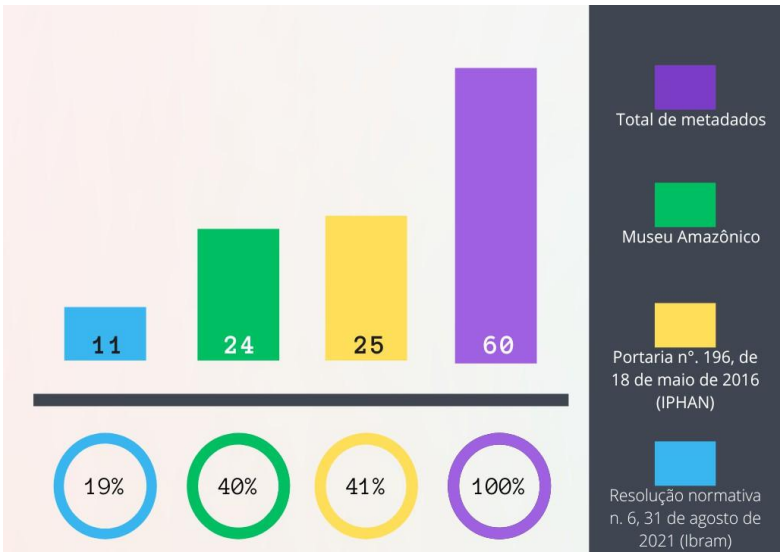
12. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção):
13. Intervenções sofridas:
14. Recomendações de conservação:
15. Invólucro/acondicionamento
16. Armazenamento
17. Quantidade de itens:
18. Peso do saco:
19. Peso total da caixa:
20. Identificação da caixa:
21. Nível da estante:
22. Identificação da estante:
23. Condições de reprodução:
24. Inscrições e marcas de uso:
25. Filiação cultural:
26. Dimensões (largura, comprimento, altura, diâmetro, profundidade)
27. Data da coleta:
28. Data de produção:
29. Peso:
30. Fotografias coloridas e com escala:
31. Link para relatório:
32. Observações Gerais:

33. Mídias relacionadas:	
	Tópicos
	Portaria n°. 196, de 18 de maio de 2016 (IPHAN)
	Resolução normativa Ibram n. 6, 31 de agosto de 2021.
	Metadados criados pelo Museu Amazônico

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No Quadro 5 acima foram inseridos os novos campos a partir dos instrumentos legais já mencionados, basicamente esse novo esquema criado a partir dessa construção poderá servir como um modelo sugerido em pesquisas futuras para a definição de metadados para a Representação da Informação Arqueológica, claro, sempre visando a preservação e respeitando os protocolos internacionais que possam fazer com que esses dados sejam interoperáveis e reutilizáveis.

Figura 3 – Distribuição dos metadados contidos na proposta



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

Na Figura 4, podemos observar como ficou a distribuição dos campos, sendo que do total de 60 metadados, 25 são da portaria do IPHAN nº 196 de 2016 compondo 41% nesse quadro, 24 metadados criados pelo Museu Amazônico, compondo 40% e 11 são da resolução normativa do Ibram, nº 6 de 2021, compondo 19%.

6. Considerações finais

Embora a pesquisa não tenha explorado extensivamente a literatura de fontes científicas, como revistas especializadas em Arqueologia, optou-se por uma abordagem centrada na área da Ciência da Informação. Isso foi realizado por meio de um estudo de caso em um museu universitário. Durante o trabalho, enfrentaram-se vários desafios, incluindo a ausência de guias ou manuais que oferecessem um ponto de partida para a descrição de acervos arqueológicos digitais. Apesar disso, foi possível detalhar o “como” das particularidades da Representação da Informação por meio do Repositório Digital e o “por quê” ligado à relevância do museu como espaço de memória e à representatividade do acervo arqueológico, especialmente na Amazônia. Esse acervo remete aos antigos habitantes da região, seus costumes e sua ancestralidade. Por fim, construiu-se uma proposta de metadados para a Representação da Informação de acervos arqueológicos, baseada em dois instrumentos normativos brasileiros, que poderá ser aprimorada em estudos futuros sobre essa temática.

Este trabalho destaca a importância de dar visibilidade aos acervos digitais que necessitam ser devidamente tratados e divulgados pelos museus universitários, considerando a sensibilidade da maioria dos acervos arqueológicos. Disponibilizar esse tipo de material na Internet por meio de Repositórios Digitais possibilita que um maior número de pesquisadores tenha acesso a esses acervos, fomentando a produção de novas pesquisas, especialmente na região amazônica. Apesar da significativa atividade arqueológica na região, grande parte desses materiais ainda está restrita a laboratórios ou exposições físicas.

Por fim, sugerimos que futuras pesquisas considerem este estudo de caso como uma base reflexiva para o aprimoramento de padrões de metadados, não apenas voltados para acervos arqueológicos, mas também para bens do patrimônio cultural em geral. Alguns projetos na Europa já demonstram preocupação nesse aspecto, buscando, por meio da padronização de protocolos, formas de integrar diferentes ferramentas. Essa abordagem visa não apenas facilitar a busca e

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

recuperação da informação, mas também permitir o reaproveitamento desses dados por futuras gerações, contribuindo significativamente para o avanço das pesquisas nesta área do conhecimento

Referências

ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan. *Metodologia do trabalho científico*. Recife: Ed. UFPE, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/49435/1/METODOLOGIA. %20DO%20TRA BALHO%20CIENT%C3%8DFICO.pdf. Acesso em: 29 fev. 2024.

AULETE, Caldas. *Aulete digital - o dicionário da língua portuguesa na internet*: dicionário Caldas Aulete. Rio de janeiro: Lexikon, [s.d]. Disponível em: https://www.aulete.com.br/index.php. Acesso em: 24 jan. 2022.

BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CARLAN, Eliana. O escopo da análise da informação. *In*: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Org.). *Passeios no bosque da informação*: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. p. 61-80. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/189812/eroic.pdf?sequence=3&isAllowe d=y. Acesso em: 01 jul. 2022.

BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. *In*: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. *Documentação e conservação de acervos museológicos*: diretrizes. Brodowski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010. p. 48-79. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_ Conservacao. _Acerv os_Museologicos.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

BETTENCOURT, Angela Monteiro. *A representação da informação na Biblioteca Nacional*: do documento tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia: alguns subsídios e antece-dentes. *Hawò*, v. 2, 2021. Disponível em: https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/ 70338. Acesso em: 2 mar. 2024.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. *Revista de Arqueologia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 4-15, 2014. DOI: 10.24885/sab.v26i2.379. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/379. Acesso em: 2 mar. 2024.

COSTA, Carlos. Gestão de acervos arqueológicos: considerações sobre a perspectiva legal. *In*: SILVA, Junia Gomes da Costa Guimarães; MENDONÇA, Elizabete de Castro (Orgs.). *Bens culturais musealizados*: políticas públicas, preservação e gestão. Rio de Janeiro: UNIRIO / Escola de Museologia, 2014.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

CURY, Marília Xavier. *Exposição*: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

DOI: https://doi.org/10.52192/1984-3917.2025v18n1p269-292

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo A. *A Arqueologia*. São Paulo: Contextos, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia e patrimônio*. Erechim, RS: Habilis, 2007.

LADKIN, N. Gestão do Acervo. *In*: *Como gerir um museu*: Manual Prático. Paris: ICOM, 2015. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp content/uploads/2013/12/Como. %20Gerir%20um%20Museu.pdf. Acesso em: 27 fev. 2024.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. *Problemáticas da gestão do patrimônio e políticas públicas*: a educação na perspectiva de mudança paradigmática. Juiz de Fora, 2008.

PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação museológica e gestão de acervo*. Florianópolis: FCC, 2014. v. 2. (Coleção Estudos Museológicos).

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. *Patrimônio e Memória*, v.3, n.1, p. 95- 109, 2007.

SALADINO, Alejandra; PEREIRA, Rodrigo. Arqueologia histórica. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/63/arqueologia-historica. Acesso em: 24 jan. 2022

SMIT, Johanna Wilhelmina. *A interoperabilidade semântica entre os diferentes sistemas de informação no museu*, 2011. Disponível em: http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/322823.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Museu Amazônico. *Plano museológico*. 2021. Disponível em: https://www.museuamazonico.ufam.edu.br/plano-museologico.html. Acesso em: 15 jun. 2022.

YASSUDA, S. N. *Documentação museológica*: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em:https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/ Dissertacoes/yassu da_sn_me_mar.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

YIN, Robert K. *Estudo de caso*: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Data de recebimento: 27.04.2025

Data de aceite: 27.04.2025